

Colóquio Internacional
Diálogos Culturais e Cooperação Científica França-Brasil.
Novas perspectivas
Recife - PE, Fundaj -3-6 de agosto de 2009

Mesa IV. A relação entre agricultura familiar e a política ambiental no Brasil e na França

Multifuncionalidade dos espaços rurais e manejo dos recursos naturais: comparação entre Brasil e França

Eric Sabourin, Cirad, UnB -CDS

Resumo: Esse texto analisa a renovação das políticas públicas e o seu impacto no manejo dos recursos naturais em duas situações contrastadas: o Nordeste do Brasil e o Oeste da França. As observações vêm dos estudos sobre manejo de recursos naturais em projetos de desenvolvimento local e territorial, realizados pelo Cirad em colaboração com a Embrapa e a UFCG por um lado e de uma abordagem comparativa da multifuncionalidade da agricultura entre países europeus e países do Sul (Brasil, Senegal e Nova Caledonia) conduzida pelo CIRAD e pelo INRA. A degradação dos recursos naturais associada à crise da agricultura produtivista tem levado os países da Europa como de América latina a procurar estratégias alternativas de desenvolvimento rural. Nos dois casos, existe um questionamento das políticas agrícolas. Na França, se traduziu pelo segundo pilar da PAC e pelo dispositivo de apoio a multifuncionalidade da agricultura. No Brasil, como em outros países do Sul, impõe um novo modo de governança: aparece uma multiplicação e segmentação das políticas públicas de desenvolvimento rural (produção, ambiente, pobreza rural, gênero, etc.). Nos dois casos, este tipo de evolução acompanha-se de uma abordagem participativa da sociedade local. Na França trata-se de um enfoque contratual entre o agricultor, o Estado e a sociedade civil, mediante os Contratos Territoriais de Exploração, hoje Contratos de Agricultura Sustentável. No Brasil, trata-se, mais bem da vontade de associar as estruturas sociais as políticas sociais, produtivas e ambientais, mediante os Conselhos Municipais e Territoriais de Desenvolvimento Rural.

Na França, num contexto de redução do protecionismo e dos subsídios europeus, a maioria dos apoios é captada pela agricultura empresarial. Embora, os poderes públicos com os CTE e os CDA, remuneram as funções ambientais, asseguradas pelos agricultores. No Brasil, os apoios a produção são mobilizados em prioridade para a agricultura empresarial e a os apoios as agriculturas familiares e camponesas são reduzidos a meras políticas sociais ou de luta contra a pobreza. No entanto, no Nordeste semi-árido, as funções ambientais associadas à atividade agropecuária continuam sendo asseguradas gratuitamente pelos agricultores familiares mediante dispositivos coletivos de manejo de recursos locais comuns (pastos, floresta seca, biodiversidade, águas, etc.).

Essa comunicação coloca a questão do apoio ao funcionamento e a manutenção desses dispositivos multifuncionais dos agricultores. São, de fato, ameaçados pela mudança da sua natureza induzida pela sua mercantilização na França, e pela falta de reconhecimento e de apoio, ou pelas políticas assistencialistas no Brasil. O texto propõe uma reflexão e pistas alternativas de instrumentos de política pública nesses dois tipos de situação.

Palavras-chave: manejo de recursos naturais, multifuncionalidade, ação coletiva, reciprocidade Brasil, França.

Multifunctionality of rural spaces and natural resource management : a comparison between Brazil and France

Abstract: This paper analyses the renewal of natural resource management public policy in two contrasted cases: Brazil's Northeast semi-arid region and France. This work is based on field studies undertaken in order to assess local development projects for resource management in Brazil (in co-operation between Cirad, Embrapa and Federal University of Campina Grande) and on a comparative study about multifunctionality between European countries and southern countries (Brazil, Senegal, New Caledonia, etc) realised in co-operation between the Cirad and the Inra.

Natural resources degradation and the intensive farming crisis have led European countries as well as Latin American countries to seek new modes of rural development governance. In both cases, agricultural policies have been reformed. In France, it is through the second pillar of the Common Agriculture Policy and the multifunctionality agriculture support. In Brazil, like in other southern countries, a new mode of governance seems to be adopted: we assist to the multiplication and segmentation of rural sector public policies (production, competitiveness, environment, rural poor, gender, etc). In both cases, this kind of reform is associated to a local society participatory approach. In France, we have a contractual relation between the farmers, the State and the civil society with the CTE (Farm Local Contracts), now transformed in Sustainable Agriculture Contracts. In Brazil, local society is associated to social, environmental and productive policies with the Municipal Councils for Rural Development. In France, with the CTE, environmental functions – previously achieved freely by farmers - are now remunerated by public funding. In Brazil, public funding support is mainly limited to competitive agriculture and supports to family farming are reduced to social policies such poverty programs. In semi-arid Northeast, environmental functions associated to agriculture, like natural resources management, are still achieved by farmers' free contribution through local resource management collective forms (common grazing, dry forest, water, biodiversity, etc.).

This paper question the support to the functioning and the reproduction of these multifunction collective forms. In both cases, these practices risk to disappear, because their nature and farmers' motivation will become purely financial in France, and because of a lack of support and acknowledgment to peasant and family farming in Brazil. The author presents an analysis and some alternative in terms of public policy tools, in order to face these two kinds of situation.

Key words: Natural resource management, multifunctionality, collective action, reciprocity, Brazil, France.

Multifonctionnalité des espaces ruraux et gestion des ressources naturelles : comparaison France-Brésil

Résumé : Cette communication analyse le renouvellement des politiques publiques et leur impact sur la gestion des ressources naturelles dans deux situations contrastées : le Nordeste du Brésil et l'Ouest de la France. Les observations reposent sur l'étude de la gestion des ressources dans le cadre de projets de développement local dans la région semi-aride du Brésil avec l'Institut Brésilien de Recherche Agronomique et l'Université Fédérale de Campina Grande d'une part et, d'autre part, sur une approche comparative de la multifonctionnalité de l'agriculture entre des pays européens et des pays du Sud (Brésil, Sénégal, Nouvelle Calédonie) conduite par le Cirad et l'Inra.

La dégradation des ressources naturelles associée à la crise de l'agriculture productiviste a conduit les pays d'Europe comme d'Amérique latine à chercher des stratégies alternatives de développement rural. Dans les deux cas, il y a remise en cause des politiques agricoles. En France, elle s'est traduite par le second pilier de la PAC et par le dispositif de soutien à la multifonctionnalité de l'agriculture. Au Brésil, comme dans d'autres pays du Sud, s'impose un nouveau mode de gouvernance : on assiste à une multiplication et segmentation des politiques publiques en matière de développement rural (production, environnement, pauvreté, genre, etc). Dans les deux cas, cette réforme s'accompagne d'une démarche de participation de la société locale. En France il s'agit d'une approche contractuelle entre l'agriculteur, l'Etat et la société civile, avec les Contrats Territoriaux d'Exploitation, devenus Contrats d'Agriculture Durable. Au Brésil, il s'agit de la volonté d'associer les structures locales aux politiques sociales, productives et environnementales, via les Conseil Municipaux de Développement Rural Durable.

En France, les pouvoirs publics via les CTE, rémunèrent les fonctions environnementales assurée par les agriculteurs. Au Brésil, les appuis à la production sont mobilisés pour l'agriculture d'entreprise et les appuis aux agricultures familiales sont réduits à des politiques sociales ou de lutte contre la pauvreté. Par contre, dans le Nordeste semi-aride, les fonctions environnementales associées à l'activité agricole, continuent encore à être assurées gratuitement par les agriculteurs, au moyen des dispositifs collectifs de gestion des ressources locales (pâturages, forêt sèche, biodiversité, eaux, etc).

La communication pose la question de l'appui au fonctionnement et à la pérennisation de ces dispositifs multifonctionnels. Ils sont menacés de disparition, par le changement de nature induit par leur marchandisation en France, par le manque d'appui aux agriculteurs paysans et familiaux ou par les politiques d'assistance au Brésil. Le texte propose une réflexion et quelques pistes alternatives en termes d'instruments de politique publique dans ces deux types de situation.

Mots-clef : Gestion des ressources naturelles, multifonctionnalité, action collective, réciprocité, Brésil, France.

Multifuncionalidade dos espaços rurais e manejo dos recursos naturais: comparação entre Brasil e França

Introdução

A degradação dos recursos naturais associada à crise da agricultura produtivista tem levado os países da Europa como de América latina a procurar estratégias alternativas de desenvolvimento rural garantindo uma preservação ou uma melhor gestão desses recursos..

Esse texto analisa a renovação das políticas públicas e o seu impacto no manejo dos recursos naturais em duas situações contrastadas: o Nordeste do Brasil e o Oeste da França. As observações no Brasil provem dos estudos de manejo dos recursos naturais comum no marco de projetos de desenvolvimento local e territorial conduzidos pelo Cirad com a Embrapa e a UFPB/UFCG (Caron e Sabourin, 2003). Na França, as análises são resultado de observações diretas na região Poitou-Charentes e de uma abordagem comparativa da multifuncionalidade da agricultura entre países europeus e países do Sul, entre os quais o Brasil e a França conduzida pelo Cirad e o Inra (Sabourin 2003; Barthelemy et al, 2004; Sabourin, 2006; Groupe Polanyi, 2008).

Nos dois continentes o questionamento das políticas agrícolas está associado a procura de alternativas de gestão dos recursos naturais por meio de dispositivos de desenvolvimento local ou territorial. Na França, essa tendência se traduziu pelo segundo pilar da Política Agrícola Comum (PAC) (Bonnieux et al., 1999) e pelo dispositivo de apoio a multifuncionalidade da agricultura (Léger, 2000, Hervieu, 2002).

No Nordeste do Brasil, como em outros países do Sul, impõe um novo modo de governança: aparece uma multiplicação e segmentação das políticas públicas de desenvolvimento rural (produção, ambiente, pobreza rural, gênero, etc.). Nos dois casos, este tipo de evolução acompanha-se de uma abordagem participativa dos atores envolvidos ou da sociedade civil local. A comunicação examina as ferramentas, os resultados e ensinamentos desses dispositivos em termos de interação entre dinâmicas de ação coletiva e de ação pública em matéria de manejo de recursos naturais e de articulação entre políticas agrícolas e políticas ambientais. Coloca a questão do apoio ao funcionamento e a manutenção dos dispositivos coletivos de gestão dos recursos naturais comuns. São eles garantidos ou pelo contrario ameaçados pela mudança da sua natureza induzida pela sua mercantilização na França e pela política de subsídios? (Angel, 1998).

No Brasil, será que esses dispositivos coletivos dos agricultores são condenados a desaparecerem por falta de apoio as agriculturas familiares e camponesas?

A primeira parte apresenta o contexto, as evoluções e a implementação dessas políticas nas duas regiões. A segunda parte analisa os resultados e examina os ensinamentos e limites desses instrumentos de política pública do ponto de vista produtivo, como ambiental e social.

1. Evolução das estratégias de gestão dos recursos comuns

1.1. Considerações gerais

Desde vários anos, a degradação dos recursos naturais e em particular dos recursos em propriedade ou de manejo comum (florestas, pastagens, biodiversidade, reservas de água e rios) tem sido associada a dois principais fatores: a super-exploração (Hardin, 1968) e as carências dos sistemas de gestão (Weber, 1997; Vieira e Weber,1997).

A super exploração pelo excesso de uso é principalmente atribuída à intensificação dos sistemas agropecuários produtivistas e predadores: nos países do Sul como o Brasil, o desmatamento e a colonização das florestas tropicais; nos países do Norte, o desmatamento associado a re-arrumação fundiária, nos dois casos o uso de pesticidas, a construção de grandes barragens e perímetros irrigados, as práticas de moto - mecanização e de irrigação inadequadas, etc. (Mazoyer e Roudart, 1997). As carências dos sistemas de gestão são devidas a vários fenômenos que concorrem para eliminar os sistemas ancestrais de manejo de terras e de recursos pelas comunidades de agricultores e pastores ou pelas instituições locais organizadas ao longo dos séculos, sem oferecer alternativas perenes ou mais apropriadas (Sabourin et al, 1997). Podemos considerar três principais causas: i) a nacionalização das terras e dos recursos nos regimes socialistas e, logo, a sua devolução para o setor privado depois da generalização da liberalização das economias; ii) o fim dos sistemas de gestão comum pelos agricultores e pastores que passa por duas principais modalidades : o primeiro é a mudança da vocação de terras agrícolas e o abandono total da manutenção de certos territórios ou agro-ecossistemas (Ostrom, 1990; 2008); o segundo é a privatização e individualização total dos sistemas de produção e exploração dos recursos (segundo diversas modalidades entre países do Norte e do Sul) e, em fim ; iii) legislações de descentralização que acordam o manejo desses recursos a novas estruturas privadas ou a coletividades locais.

Os limites ou fracassos dessas diversas reformas têm evidenciado uma necessidade de fazer assumir as regras de gestão tanto pela ação dos poderes públicos como pela ação coletiva dos usuários (Ostrom, 1992, 1998). Essa necessidade remete a questão das dificuldades, das condições e dos sucessos de interações entre dinâmicas de ação coletiva e processos de ação pública (Massardier, 2003).

Apresento a seguir dois exemplos na França e no Brasil, a partir de situações contrastadas e distantes. No entanto elas oferecem uma possibilidade de comparação na medida em que os dois casos correspondem a sistemas de agricultura familiar em mutação, com uma passagem mais ou menos avançada de uma agricultura camponesa para uma agricultura de tipo empresa familiar.

1.2. No Oeste da França: expectativas frustradas da política de multifuncionalidade?

Tenho acompanhado as medidas de manutenção e de conservação das beiras de rios e de mangues que constituem na região Poitou-Charentes, as últimas zonas cultivadas arborizadas, depois do arranque das cercas vivas no momento dos processos de arrumação fundiária dos anos 1970.

Tradicionalmente essa manutenção era assegurada pela ação coletiva das famílias de agricultores ribeirinhos, que sejam proprietários, arrendadores ou, antes, meeiros. Essa manutenção era necessária nos pastagens de “*marais*” (mangues)¹ por conta da exigência de navegabilidade dos canais e dos rios para transporte de animais e forragens, e por conta da exploração das cercas vivas para a produção de lenha ou de madeira nobre (alemos ou *peupliers*) (Billeaud, 1984). A pecuária implicava na manutenção de cercas vivas, bastante altas e espessas para fornecer sombra aos animais, poupar o arame farpado nas cercas e para manter certos pontos de acesso a água para os animais.

Quando as duas beiras de um rio não pertencem ao mesmo proprietário, os dois agricultores se entendem para assumir cada um a metade da manutenção em particular as podas. Pois, na França se a água é um bem público, o rio é um território privado que pertence por metade aos

¹ São chamados de « *marais* » pastagens recuperados nos mangues mediante diques e canais de drenagem. Essas pastagens no *marais* “molhado” apenas são acessíveis com barcos de fundo plano (*piates*) navegando nos canais de drenagem que os percorrem.

proprietários das parcelas na beira do rio. Pouco a pouco essas práticas foram reduzidas pela diminuição da demanda por lenha, e pelo desaparecimento da pecuária extensiva com pastoreio permanente.

Progressivamente, novas formas de manutenção foram assumidas por estruturas intermunicipais, sindicatos ou comitês de municípios, comitês de bacia ou de ribeirinhos, associações de caçadores ou de pescadores (para manter a vegetação necessária para a fauna e a sua reprodução. Abusos foram cometidos: sob o pretexto de regular o fluxo dos rios e evitar inundações, houve um desmatamento total da vegetação ciliar para permitir o acesso das máquinas e a intensificação dos cultivos. Os efeitos naturais foram rápidos e muito negativos: degradação e erosão das orilhas, fim da retenção dos nitratos e da filtragem dos pesticidas pelas cercas vivas e poluição das águas, desaparecimento da flora e da fauna específica, ausência de sombra, etc.

As ações públicas dos anos 70, caracterizadas pelo financiamento da arrumação fundiária e a drenagem dos rios, foram reorientadas a partir dos anos 80-90 para limitar essas degradações (Ollivier et al, 2001).

No Oeste da França uma série de medidas sobre as estruturas das propriedades foram tomadas nos anos 1980 pelos poderes públicos em escala nacional, mediante as Operações Agrupadas de Arrumação Fundiária (OGAF) e logo no quadro europeu com as Medidas Agri-Ambientais (MAE) (Cnasea, 1997 ; Doussan, 2004).

A partir de 1998, a implementação de políticas ligadas ao reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e ao novo Regulamento de Desenvolvimento Rural europeu (medidas verdes) têm permitido subsidiar ou remunerar certas práticas preservadoras dos recursos naturais, no marco do segundo pilar da PAC, essencialmente via subsídios condicionados (Bodiguel, 2004).

Na França, com a lei de Orientação agrícola de 1999, uma abordagem contratual entre o agricultor, o Estado e a sociedade civil foi experimentada durante 5 anos com os Contratos Territoriais de Exploração (CTE) (Leger, 2000 ; Rémy, a & b, 2000)

No entanto os CTE e as medidas agri-ambientais foram suprimidos pelo governo Chirac em 2002-2003 e substituídos pelos Contratos de Agricultura Sustentável, que quase nunca foram realmente aplicados na região Poitou-Charentes. A referência ao reconhecimento da multifuncionalidade desapareceu na nova lei de orientação agrícola de 2004 em proveito de considerações especificamente e exclusivamente ambientais, no marco de muito discurso em vez de uma real estratégia de desenvolvimento sustentável.

As interações entre ação coletiva e ação pública que eram relativamente reduzidas em matéria de manejo de recursos comuns, poderiam ter sido dinamizadas e re-atualizadas pela modalidade do CTE. Às vezes, foi o caso no Oeste da França em matéria de gestão ambiental dos rios e de certas áreas de caça, a partir da negociação entre os agricultores, comitês de rios e associações de pesca ou de caça. Porém, para as Câmaras Regionais de Agricultura a maioria dos contratos foi simplesmente considerada e gerida como transferência de subsídios das antigas MAE aos CTE e CAD (Berriet et al, 2000).

1.2. No Nordeste do Brasil: criatividade na ação coletiva não mercantil

No Brasil, como em outros países do Sul, um novo modo de governança vem se impondo: assiste-se a uma multiplicação e segmentação das políticas públicas em matéria de desenvolvimento rural. Primeiro, as políticas de apoio a produtividade e de subsídio ao crédito, aos preços ou mercados são focadas na agricultura empresarial dedicada a exportação. Segundo, apareceram diversas medidas segmentadas de apoios indiretos a agricultura familiar: programas de crédito para instalação de jovens (Primeira Terra), programas

ambientais (Proambiente, PDA, Gestar), de luta contra a pobreza (Fome zero e Bolsa família) de promoção das mulheres, dos jovens, etc. Essa tendência acompanha-se de um discurso sobre a participação da sociedade local, geralmente associado à descentralização e ao processo de retirada do Estado do apoio direto a produção familiar (Sabourin, 2009). Paradoxalmente, as políticas propostas são muitas vezes bastante assistencialistas e ignoram a autonomia e as responsabilidades dos atores locais (Sabourin, 2009).

Em termos de manejo dos recursos naturais comuns (água, floresta seca, pastagens, biodiversidade) os agricultores do Nordeste têm tradicionalmente mobilizado a ação coletiva sob a forma de dispositivos de ajuda mútua e de manejo comunitário. A sociedade civil foi progressivamente mobilizada para a reflorestação ou a re-implantação de cercas vivas por meio das ONGs e dos sindicatos agrícolas. Geralmente, o manejo dos comuns é assegurado por dispositivos coletivos formais (organizações de produtores) ou informais (grupos de vizinhos, comunidades camponesas e rurais).

A ação pública, um tempo limitada à escala municipal com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e a vontade de associar as estruturais locais às políticas sociais, produtivas e ambientais, têm se intensificado a partir de 2003. Em particular devem ser mencionados os novos programas de três ministérios: o Ministério de Desenvolvimento Agrário (Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais); o Ministério do Meio Ambiente (Gestão Rural e Educação Ambiental GESTAR, Projetos de Desenvolvimento Sustentável, PDA) e o Ministério do Desenvolvimento Social (Programa de Aquisição de Alimentos, PAA). Porém permanece uma dificuldade desses programas federais em dialogar com a realidade local e vir complementar as iniciativas de base dos agricultores e das suas comunidades (Sabourin, 2009). No Nordeste semi-árido as funções ambientais associadas a atividade agropecuária são ainda asseguradas gratuitamente pelos agricultores mediante dispositivos coletivos e institucionais (Mormont, 1996) de manejo dos recursos locais.

Estudei três casos de recursos comuns: os fundos de pasto na caatinga, a biodiversidade das sementes locais, os reservatórios de água comunitários (Sabourin, 2003a, 2008).

No Sertão, a maioria das pastagens comuns na caatinga (os *fundos de pasto*) que puderam ser preservadas encontra-se no Estado da Bahia. Pois, nos anos 80 a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária da Bahia, para evitar a invasão e grilagem dessas áreas comunitárias implementou um programa de reconhecimento desses pastos como propriedades coletivas das comunidades camponesas que até então não dispunham de um estatuto legal de posse e uso dessa terras. Para tanto o projeto encorajou a criação de associações comunitárias de criadores, entidades jurídicas reconhecidas, às quais as pastagens comuns, levantadas e cadastradas, foram atribuídas mediante o estabelecimento de um título de propriedade coletiva. Essas áreas passaram a beneficiar do estatuto e terra de reforma agrária, facilitando as associações o acesso a certas ajudas públicas (crédito, infra-estruturas hídricas). Essa iniciativa de reconhecimento da multifuncionalidade do espaço rural antes da hora tem permitido salvar importantes áreas de floresta xerófila (*caatinga*) rica de uma biodiversidade hoje ameaçada e de manter vivas comunidades de criadores de pequenos ruminantes com o sistema de percurso extensivo. O programa permitiu re-dinamizar uma produção ovina e caprina e qualidade: o bode do Sertão (Sabourin *et al.*, 1997). Sem isto as mesmas comunidades eram condenadas a desaparecer ou ao êxodo para a cidade.

Na mesma ordem de idéia, o reconhecimento dos Bancos Comunitários de Sementes (BCS) da zona semi-árida pela Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba, para que estes assumem o programa público de distribuição e conservação de sementes, tem permitido a essas estruturas informais de existir, de serem reconhecidas localmente. Os BCS puderam assim encontrar novos recursos e, sobretudo, uma legitimidade institucional perante os centros de ciência e tecnologia, de extensão rural ou as firmas certificadoras de sementes. Puderam continuar o seu esforço de preservação e de valorização das variedades locais de feijão, fava e

de milho antes chamadas pejorativamente de grãos e não de sementes. O resultado tem concorrido para garantir uma maior biodiversidade de espécies e de cultivares mais adaptados a diversidade dos ecossistemas e dos sistemas de produção dessa região (Almeida e Cordeiro, 2001, Almeida *et al*, 2002).

As cisternas de captação e armazenamento das águas de chuva a partir dos telhados, tradicionalmente construídas em tijolos ou em concreto, existem desde o século XIX.

Desde uns quinze anos, várias organizações de produtores apoiadas por ONG's e paroquiais estão difundindo cisternas para armazenamento das águas de chuva na região semi-árida. Trata-se de um sistema econômico (uns 800 reais para 15 a 20 m³), de cisternas cilíndricas e semi-enterradas feitas de placas finas de cimento pré-moldado (Sabourin *et al.*, 2002). A divulgação desse modelo foi acompanhada, notadamente no Estado da Paraíba, de diversas formas de crédito rotativo com caução solidária. Esses sistemas vão do autofinanciamento total (tipo consórcio) ao reembolso parcial ou total do custo do material, a cisterna sendo geralmente construída pelos próprios produtores em sistema de mutirão ou com pré-financiamento realizado mediante recursos externos e administrados internamente. Essas medidas de crédito e de autofinanciamento parcial têm um forte valor simbólico. Além dos argumentos em termos de autonomia, independência e responsabilização dos atores locais, elas oferecem uma alternativa ao clientelismo dos políticos locais que preferem distribuir gratuitamente poços, bombas e cisternas (ou água suja por caminhões pipa) para conseguirem benefícios eleitorais imediatos, sem se preocupar depois da manutenção desses equipamentos (Diniz, 2002; Duque e Cirne, 2001).

Desde 2002, a Articulação no Semi-Árido-Brasil/ASA-Brasil (federação das Articulações do Semi-Árido dos diversos Estados do Nordeste) negociou e obteve do Estado Federal um amplo programa de apoio às iniciativas de construção desse tipo de cisternas: o « *Programa de formação e mobilização social para a convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas/PIMC* » administrado por Unidades de Gestão da própria ASA em cada Estado (Quadro 1). Isto não deixou de provocar protestos de certos executivos regionais. Na Paraíba toda o PIMC é financiado pelo sistema dos « Fundos Rotativos Solidários ».

Nos três casos estudados no Nordeste encontramos quatro elementos recorrentes: i) a multifuncionalidade das agriculturas familiares e camponesas e dos dispositivos coletivos está associada a prestações essencialmente (mas não exclusivamente) não mercantis para não dizer gratuitas; ii) esses dispositivos coletivos não mercantis estão fundados ou assegurados por regras de reciprocidade de origem indígena ou camponesa; iii) em certos casos (abastecimento em água, comunidades, sindicatos) esses dispositivos institucionais são anteriores aos projetos de apoio a produção. Temos assim uma concorrência entre dois modos de organização e de repartição dos recursos: a produção para o mercado capitalista e a produção para a coletividade (comunidades, unidades domésticas); iv) as práticas e iniciativas locais dos agricultores encontraram assessoria para negociar o reconhecimento ou apoio de políticas públicas.

As interações entre a ação coletiva e a ação pública começaram a se estabelecer sob a pressão das organizações camponesas: sindicatos, associações, mas, sobretudo fóruns híbridos (que reúnem agricultores, suas organizações, associações, da sociedade civil, universidades e personalidades a título individual). A Articulação Água, a Articulação Semi-Árido ou a sua expressão local no Estado da Paraíba são os fóruns mais ativos.

Na Paraíba, obtiveram o apoio público para os Bancos de Sementes, na Bahia, o reconhecimento dos títulos de propriedade coletiva dos pastos comuns na caatinga, o apoio ao programa de construção de cisternas no Nordeste semi-árido.

2. Análise discussão e ensinamentos

2.1. Situações diferenciadas, mas evoluções e destinos comuns

Uma primeira constatação pode ser feita. O desaparecimento das sociedades camponesas ou a sua transformação em sistemas de agricultura familiar mais integrados ao mercado (ou com pluriatividade) acompanha-se de uma redução ou do fim dos sistemas de manejo tradicional dos recursos comuns. Estes são mantidos ou reconstruídos mediante formas de organização mais modernas, em particular onde subsistem comunidades camponesas no seio da sociedade global, como no Nordeste semi-árido do Brasil. Na França, os recursos naturais comuns têm progressivamente desaparecido por conta da intensificação dos sistemas de produção que levou a individualização e a competição entre as unidades familiares. As reformas das estruturas fundiárias como a re-arrumação fundiária, o arranque das cercas vivas inclusive na beira das estradas e dos rios acelerou o processo. Os valores de ajuda mútua e de manejo coletivo não desapareceram; mas se exercem agora para o uso de equipamento comum mediante cooperativas de uso de material em comum ou a gestão comum de cadeias curtas.

A política de multifuncionalidade da agricultura, além do seu caráter às vezes ambíguo em termos de ajuda aos agricultores (Perraud, 2003) poderia ter contribuído a manter e perenizar serviços ambientais de interesse geral assegurados pelos agricultores se fosse prolongada. É difícil avaliar após apenas 2 ou 3 anos de vida de um CTE. De fato, implantado rapidamente demais, sob a tutela das câmaras de Agricultura e, certas vezes com a hostilidade dos sindicatos de agricultores majoritários, esses contratos não foram realmente territorializados em nível local. Geralmente os CTE não foram objeto de negociação com outros atores e usuários da sociedade além dos agricultores. É certo que nessa configuração, onde a remuneração do serviço ambiental era, muitas vezes, interpretada como uma nova modalidade de subsídio condicionado existia o risco de mercantilizar o não mercantil. Quer dizer que tratou-se, muitas vezes, de remunerar serviços que os agricultores asseguravam antes de maneira gratuita: i) primeiro para manter o capital ecológico do seu patrimônio e no interesse da produtividade do seu sistema de produção, ii) segundo para o interesse geral, que se confundia com os interesses privados.

No Brasil como na França, apesar do seu caráter ambíguo e das suas diversas declinações, a noção de agricultura sustentável parece corresponder ao interesse geral. Seria, portanto, possível relacionar as políticas de reconhecimento e de valorização da multifuncionalidade da agricultura a uma dessas diversas estratégias de agricultura sustentável (Sabourin, 2006; Caron et al, 2007).

2.2. Interesse e limites da noção de multifuncionalidade da agricultura para tratar do manejo dos recursos naturais

Multifuncionalidade da agricultura ou dos espaços rurais? A questão não é inocente. Para a FAO e a maioria dos países do Sul, a noção de multifuncionalidade é associada aos espaços rurais e a ruralidade e não apenas a atividade agrícola (FAO, 1999). A dimensão territorial é evidente.

Nos países do Norte, os agricultores são cada vez mais minoritários no espaço rural. Eles devem coabitar com múltiplos outros atores e usuários. É uma das razões que leva a colocar a questão da « multifuncionalidade da agricultura e/ou dos espaços rurais », na medida em que tomar em conta funções de interesse geral não se dá por decreto. Constrói-se na interação entre agricultores, outros usuários e gestores do espaço, entre os quais os poderes públicos.

Existe um risco, em particular com certas propostas da CDE em matéria de multifuncionalidade e de manejo de recursos naturais, é aquele do “*découplage*” (descasamento) das medidas ambientais da política agrícola (OCDE, 2001).

Essas propostas vão, de fato, no sentido de uma avaliação mercantil das amenidades ou externalidades positivas produzidas pelos agricultores. O que está em causa, não é tanto o princípio de mercantilização desses serviços ambientais. É por uma parte o risco de escalada mercantil e o fato que estes nunca mais sejam assegurados sem a remuneração. São, de fato, medidas de países ricos, associadas a uma política protecionista da agricultura europeia, que não permitem uma volta atrás. O segundo elemento negativo é que o fim da realização gratuita e voluntária desses serviços como a manutenção das orilhas dos rios ou das cercas vivas, mediante práticas de ajuda mútua significa também a não reprodução dos ciclos de reciprocidade. Significa a não reprodução dos valores afetivos (amizade, vizinhança, etc.) e dos valores éticos de responsabilidade, de justiça, de equidade, induzidas e geradas por essas estruturas de reciprocidade simétrica (Sabourin, 2009, Temple, 1998 e 2003).

São estruturas não somente sociais, mais econômicas, herdadas dos princípios de reciprocidade das sociedades indígenas e camponesas (Sabourin, 2009).

Poderia se imaginar sistemas modernos de redistribuição e de reciprocidade (Polanyi, 1957), apoiados pelos poderes públicos, mas preservando uma parte de autonomia e de responsabilidade dos usuários e dos atores locais que os permitiria optarem pela reprodução (ou não) desses valores humanos.

Tais dispositivos constituiriam então verdadeiros exemplos de política de multifuncionalidade específicas para os países do Sul, mais convincentes que o protecionismo assegurado mediante subsídios abertos ou disfarçados.

Nos países do Sul, não é a noção de multifuncionalidade ou a sua construção que são colocadas em primeiro lugar, mas as noções de desenvolvimento sustentável, de agricultura sustentável, de nova ruralidade ou de desenvolvimento territorial (Sabourin, 2006; Caron et al, 2007b).

No caso do Nordeste, são propostas alternativas pela sociedade civil local e as organizações de agricultores, mediante sistemas de agricultura mais sustentável (agricultura de conservação, plantio direto com plantas de cobertura, agro ecologia, etc.). Para as agriculturas camponesas do Nordeste, utilizando poucos insumos externos e químicos (combustíveis, pesticidas e adubos de síntese), essa conversão agro-ecológica é mais fácil que para agriculturas intensivas e especializadas (Tonneau, 2003; Silveira et al, 2002).

É provavelmente nesse nível que as interações entre a ação coletiva dos agricultores e da sociedade civil e a ação dos poderes públicos, em particular dos serviços públicos de pesquisa agropecuária e de desenvolvimento rural seriam eficientes e oportunos.

2.2. Interação entre ação pública e ação coletiva

Nos dois casos, França e Brasil, essas reformas se acompanham de uma abordagem de participação dos atores envolvidos ou da sociedade local. Na França a gestão dos recursos comuns mobiliza os indivíduos e o estado, mas também as coletividades territoriais (municípios, consórcios de municípios, departamentos e regiões). O CTE antes ou o CAD hoje, são por excelência, contratos de natureza territorial na escala local: tem a ver com uma ou várias unidades de produção.

No Brasil, os indivíduos ou, melhor dito, as famílias camponesas mantêm ou atualizam práticas coletivas nos dispositivos existindo no seio de grupos locais ou de organizações profissionais. Num segundo tempo, tentam por meio de coalizões (fóruns mistos, federações,

lobbies, etc.) de fazer reconhecer e logo apoiar esses dispositivos pelos poderes públicos, essencialmente nas escalas local (município) e regional (estado federado). De fato, as escalas de gestão são, para os recursos naturais, principalmente locais (reservas d'água) ou micro-regionais: bacias hidrográficas, florestas, etc.

Nos dois casos, em matéria de preservação dos recursos naturais, novas estruturais regionais apareceram mais flexíveis que os Parques naturais nacionais e Regionais. No Oeste da França, podemos citar o Conservatório regional dos espaços naturais da região Poitou-Charentes. Ele regula e co-financia medidas de preservação do patrimônio natural, das paisagens e dos recursos de sítios específicos, mediante uma negociação e uma co-gestão das práticas de manutenção pelos agricultores e pelos dispositivos intermunicipais. Trata-se, por exemplo, da proteção de certos vales e rios, maciços florestais, reservatórios de água, etc.

No Brasil como na França, novas medidas de interação entre ação coletiva e ação pública, com incidência na preservação dos recursos naturais comuns têm aparecido. Trata-se dos processos de contratualização de serviços assegurados pelos agricultores em nível local e que se tornam objeto de políticas públicas. Podemos citar a gestão da biodiversidade (sementes), a construção de reservatórios de água coletivos, o manejo de certas áreas sensíveis. Uma segunda modalidade comum aos dois países tem sido a qualificação e certificação não somente de produtos de qualidade (origem, processo), mas de sistemas de cultivo sustentáveis: agro-ecologia, agricultura orgânica, agricultura familiar ou racionalizada, Projeto Proambiente... (Tonneau, 2003, Sabourin, 2003c, Tonneau e Sabourin, 2007).

No Brasil, essas dinâmicas de reconhecimento público dos dispositivos coletivos de gestão de recursos comuns não estão ainda generalizados, mesmo sendo cada vez mais numerosos. No entanto existem vários vasos de apoios públicos a ações coletivas não destinadas ao manejo de recursos comuns, mas a produção de bens públicos locais (Ostrom e Ostrom, 1978 ; Bindabran et al, 1999) : informação, capacitação, inovação, referências técnicas, etc. é, por exemplo o caso dos sistemas de educação rural assegurados pelos agricultores familiares ou pelas organizações de agricultores (escolas rurais, casas familiares rurais, escolas sindicais, universidade camponesa, universidade da floresta, etc. é também o caso de dispositivos coletivos de produção de inovação por grupos de agricultores experimentadores ou bancos de sementes em matéria de seleção participativa. Os agricultores e suas organizações asseguram, em nível local ou regional, mediante esses dispositivos funções de interesse geral de pesquisa aplicada, experimentação, extensão rural, capacitação, de forma gratuita e, geralmente sem beneficiar de ajuda pública.

Uma alternativa simples, em termos de política de multifuncionalidade consiste em facilitar, ou assegurar o funcionamento e a reprodução, em outros termos, a perenidade desses dispositivos coletivos de interesse público. Este tipo de articulação entre ação pública e organizações camponesas constitui outro exemplo de interface positiva entre princípios econômicos fundados na troca mercantil e princípios econômicos regulados pela reciprocidade (Sabourin, 2009). Essas funções são de fato assumidas pelos agricultores por necessidade (às vezes de sobrevivência), a ao mesmo tempo, dependem de estruturas e de regras sociais de proximidade e de reciprocidade construídas no tempo desde séculos e que passaram por diversas evoluções e adaptações (Sabourin, 2000). Recuperar essas funções significa, portanto, preservar as estruturas sociais e econômicas de reciprocidade (ajuda mútua, gestão compartilhada de recursos, etc.) e de redistribuição que as asseguram e os valores humanos que produzem (Sabourin e Djama, 2003). A manutenção e a reprodução desses valores éticos passam pelo reconhecimento do nome, do saber e do gesto dos atores locais : camponeses, artesões, pescadores. Seu ser social, seu estatuto e seu prestígio

dependem disto. Pelo contrario, a aplicação de um sistema de multifuncionalidade fundado na remuneração (individual) das prestações ambientais ou sociais associadas a produção agropecuária tende monetarizar e a mercantilizar prestações gratuitas que, por outra parte garantem a produção de valores humanos universais (Barthélémy et Nieddu, 2002). A mudança da natureza gratuita e voluntaria dessas funções pode acelerar seu desaparecimento (em particular quando a remuneração não for mais assegurada) ou simplesmente levar a uma desagregação das estruturas sociais e econômicas de reciprocidade, de gestão compartilhada transformando a natureza das regras e dos valores.

Conclusões

A questão do apoio ao funcionamento e a perenização dos dispositivos coletivos e institucionais de gestão de recursos naturais comuns é colocada em duas situações bem contrastadas: o Nordeste brasileiro e o Oeste Frances. Os sistemas de gestão tradicional têm praticamente desaparecido no Oeste da França e foram substituídos por dois tipos de modalidades: os comitês ou consórcios intermunicipais geridos por coletividades territoriais e num grau menor pelos CTE e logo os CAD. Estes instrumentos propõem uma remuneração individual e contratual dos agricultores para assegurar certos serviços ambientais nas suas unidades de produção. Essa experiência, implantada no marco da política francesa de reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura ficou marginal.

Se a idéia de um contrato territorial entre agricultores, outros usuários e Estado é pertinente, seu modo de contratualização e de remuneração permanece frágil.

No Nordeste do Brasil, a maioria dos serviços de gestão dos recursos naturais comuns em nível local, é ainda assegurada por dispositivos coletivos de agricultores herdados ou re-adaptados das práticas das comunidades indígenas e camponesas. O funcionamento desses serviços voluntários e gratuito foi fragilizado do fato da falta de meios e da pressão monetária ligada às prioridades econômicas das familiares rurais. A sua reprodução e permanência é, no entanto, às vezes assumida pelos poderes públicos locais, mantendo ao mesmo tempo a parte de responsabilidade coletiva e de relativa gratuidade das prestações dos agricultores. Além das amplas diferenças em termos de contexto institucional entre os dois países, parece que a solução de uma contratualização não individual (em nível da unidade de produção) mas coletiva (em nível dos dispositivo local de manejo do recursos) seja mais viável nos dois casos. Essa forma de interação entre ação coletiva e ação pública tem o mérito de responder a diversas estratégias de agricultura sustentável, que sejam implantadas no marco de políticas de reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais ou de medidas de tipo agro-ambiental.

Bibliografia

- Almeida P.; Cordeiro A. 2001. Sistema de seguridade da semente da paixão. Estratégias comunitárias de conservação de variedades locais no semi-árido. Rio de Janeiro, AS-PTA, 120p.
- Almeida, P; Tardin J.M.; Petersen, P. 2002. Conservando biodiversidade em ecossistemas cultivados in: Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade como, para que, porque, Editoras UnB e Instituto Sócio Ambiental –(ISA), pp 140-151

- Angel M., 1998. La nature a-t-elle un prix, critique de l'évaluation monétaire des biens non-marchands Les presses de l'école des mines, Paris, 98p.
- Barthélémy, D. 2003. La multifonctionnalité agricole comme relation entre fonctions marchandes et non marchandes *Les Cahiers de la multifonctionnalité*, 2, pp 95-99
- Barthélémy D., Nieddu M., 2002. Biens marchands, biens identitaires et multifonctionnalité agricole, 28 p., Communication au colloque SFER : La multifonctionnalité de l'activité agricole, Paris, 21 et 22 mars 2002.
- Berriet-Sollic M., Guerin M., Volle D., 2000. Evaluer les CTE : les défis de l'évaluation d'un dispositif territorial à visée multifonctionnelle, séminaire Premiers regards sur la multifonctionnalité de l'agriculture au travers de la mise en place de CTE, 12-13 décembre 2000, Clermont-Ferrand.
- Billeaud J.P. 1984. Marais Poitevin : rencontres de la terre et de l'eau. L'Harmattan, Paris, collect., Alternatives paysannes, 243p.
- Bindabran P., Griffon M., Jansen H., 1999. The Multifunctionality of Agriculture: recognition of agriculture as a public good or position against trade liberalisation. unpublished paper, Cirad Ecpol, Nogent sur Marne, 1999, 8p.
- Bodiguel L. 2004. Multifonctionnalité de l'agriculture. Le droit rural à la confluence de la sphère marchande et des considérations sociales. CNRS UMR 6029, CRUARAP, Nantes, 2004, 88p
- Bonnal P, Bosc, P.M., Diaz, J ; Losch, B 2003. Multifonctionnalité de l'agriculture » et « Nouvelle Ruralité » Quelle refondation des politiques publiques à l'heure de la mondialisation ? in Séminaire international « *Le monde rural : transformations et perspectives à la lumière de la nouvelle ruralité* » Université Javeriana – CLACSO – REDCAPA Bogota, 15 – 17 octobre 2003
- Bonnieux D., Vermersch H., 1999. La dimension environnementale dans la réforme de la PAC , *Economie Rurale*, n°249, p.88-91
- Caron, P. ; Sabourin, E. 2003. camponeses do Sertão. Mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília, Embrapa, Cirad, 333p
- Caron, P., Reig, E., Roep, D., Hediger, W., Le Cotty, T., Barthélémy, D., Hadynska, A., Hadynski, J., Oostindie, H. and Sabourin, E, 2007a. Multifunctionality: epistemic diversity and concept oriented research clusters. *IJARGE Special Issue, Multifunctionality of agriculture and rural areas: from trade negotiations to contributing to sustainable development, New Challenges for Research*, vol. 7, n°4/5, pp.319-338.
- Caron P., Reig E., Roep D., Hediger W., Le Cotty T., Barthélémy D., Hadynska A.; Hadynski J., Oostindie H.; Sabourin E. 2007b. Multifunctionality : Epistemic diversity and concept oriented research clusters, *International Journal of Agricultural Resources, Governance and Ecology*, Vol. 7, No.4/5 pp. 319 - 338
- CNASEA, 1997, *Revue Structures Agricoles* n° Spécial OGAF
- CNASEA, 2003 L'application du règlement de développement rural en Europe *Cahiers du Cnasea*, n° 3, avril 2003, 59p.
- Diniz. P.C. O. 2002. Ação coletiva e convivência com o semi-árido : A experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano. *Dissertação de mestrado em sociologia*, Campina Grande, UFPB-CH-PPG S, 112 p
- Doussan I. 2004. Analyse juridique de la Multifonctionnalité de l'agriculture, INRA / CREDECO, Nice, 90p
- Duque G. ; Cirne M N R. 2001. Créer des citoyens ou des exclus? Le défi des programmes de secours aux victimes des sécheresses. In Zanoni & Lamarche. *Agriculture et ruralité au Brésil : un autre modèle de développement*. Paris : Karthala, 129-144.
- FAO, 1999. *Multiplés fonctions de l'agriculture et des terres: l'analyse*. FAO, Maastricht,

- Groupe Polanyi (coord), 2008. La Multifonctionnalité de l'agriculture. Une dialectique entre marché et identité, Paris, Quae Editions, 361p ;
- Hardin G. 1968. The tragedy of the Commons. *Science*, 162: 1243-1248.
- Hervieu, B., 2002. La multifonctionnalité de l'agriculture : genèse et fondements d'une nouvelle approche conceptuelle de l'activité agricole. *Cahiers Agriculture*, vol 11, n°6, pp.415-419.
- Leger F. 2000. Les CTE : une approche contractuelle fondée sur la reconnaissance de la localité. Ensa Montpellier, INRA-SAD, 7p.
- Massardier G. 2003, Politiques et action publiques, Armand Colin, collection U, Paris 302 p.
- Mazoyer M.; Roudart, L. 1997. Histoire des agricultures du Monde. Du Néolithique à la crise contemporaine, Le Seuil, Paris, 355p.
- Mormont M. 1996 Agriculture et environnement : pour une sociologie des dispositifs, *Economie Rurale*, 1996, 236 : 28-36.
- OCDE, 2001. A synthesis of country reports on jointness between commodity and non-commodity outputs in OECD agriculture, *Proceedings of the Workshop on multifunctionality*, Oecd, Paris 2-3 July 2001.
- Ollivier G., Steyaert P., Gendret C. 2000. Traduction locale d'un nouveau référentiel sur la multifonctionnalité de l'agriculture : Le cas de la Charente Maritime et de la Vendée. In : Séminaire : Premiers regards sur la multifonctionnalité au travers de la mise en place des CTE, 12-13 décembre 2000, Clermont Ferrand. France.
- Ostrom E 1990, *Governing the Commons : The Evolution of Institutions for Collective Action*. New York: Cambridge University Press.
- Ostrom E. 1992, *Crafting Institutions for self-governing irrigation systems*, San Francisco : ICS Pres, Institute for Contemporary Studies, 228p.
- Ostrom E. A. 1998, Behavioural approach to the rational-choice theory of collective action *American Political Science Review* 92 :1-22.
- Ostrom, E. 2008, El Gobierno de los Bienes Comunes Desde el Punto de Vista de la Ciudadanía." In Genes, Bytes y Emisiones: Bienes Comunes y Ciudadanía, ed. Silke Helfrich, pp 268–278. Mexico: Heinrich Böll Foundation.
- Ostrom V., Ostrom E., 1978. Public goods and public choices. In : *Alternatives for Delivering Public Service : Toward Improved Performance*, E.S. Savas (Ed.), Westview Press, Boulder, Colorado, pp 7-49.
- Perraud D, 2003 . Les ambiguïtés de la multifonctionnalité de l'agriculture, *Economie Rurale* 273-274 pp 45-60
- Polanyi K, Arensberg C, 1975, *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*, Paris, Librairie Larousse. Ed. originale : 1957: *Trade and Market in the Early empires*. *Economics in History and Theory*.
- Remy J., 2000a, Contractual Procedures, Democracy & Environment Co-institution of Land Management Contracts in France. X World Congress of Rural Sociology, Rio de Janeiro, Brésil, IRSA, CD Rom, 30 juillet –5 août, 14p.
- Remy J., 2000b, Pluralité institutionnelle, co-institution et multifonctionnalité . L'invention des CTE dans le Maine et Loire. Premiers regards sur la multifonctionnalité au travers de la mise en place des CTE, 12-13 décembre 2000, Clermont Ferrand., France. 20p.
- Sabourin E, 1999, Family farming sustainability and regional economic integration in Brazil: between debate and reality In: *Sustainable agriculture and Environment: Globalization and trade liberalisation*, Dragun A.K. & Tisdell C. (dir.) Edward Elgar Editor, Cheltenham, GB, 1999, 229-245
- Sabourin E. 2000. Peasant reciprocity practises in Brazilian Northeast rural communities and recognition of agriculture Multifunctionality. in X World Congress of Rural Sociology, Rio de Janeiro, 1-5 août 2000, 15p.

- Sabourin E, 2003a Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: reflexão sobre alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. in : Textos do Seminário Franco brasileiro de pesquisa sobre multifuncionalidade da agricultura [CD ROM] 24-27 novembre, Florianopolis, Brésil
- Sabourin E, 2003b Manejo e preservação das funções sociais, econômicas e ambientais da produção agropecuária do ponto de vista da multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais : elementos de análise e de proposta para o Brasil, Brasília, Cirad-UnB-WWF, juin 2003.
- Sabourin E. 2003c La multifonctionnalité agricole comme relations entre fonctions marchandes et non marchandes. Etude de Cas Brésil – Nordeste- Montpellier, Cirad Tera n°36/2003, 25 p
- Sabourin, E. 2006. Consequências metodológicas e epistemológicas do reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura, in *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.13, n 2 : 161-189
- Sabourin, E. 2008. Ressources communes et multifonctionnalité au Nordeste du Brésil Groupe Polanyi (coord), La Multifonctionnalité de l'agriculture. Une dialectique entre marché et identité, Paris, Quae Editions, pp 191-211, nov 2008
- Sabourin E. 2009 Camponeses do Brasil: entre troca mercantil e reciprocidade, Rio de Janeiro, Editora Garamond, 338 p., Colec. *Terra Mater*
- Sabourin E ; Antona M. 2003 Action collective et développement, apport d'Elinor Ostrom, in séminaire permanent Action Collective, Cirad Montpellier, 10p.
- Sabourin E., Caron P., Silva P.C.G. da, 1997. Enjeux fonciers et gestion des communs: Le cas des vaines pâtures dans la région de Massaroca (Bahia, Brésil). Cahiers de la Recherche Développement, n° 42, pp 5-26.
- Sabourin E. ; Djama, M. 2003 . Pratiques paysannes de la multifonctionnalité : Nordeste brésilien et Nouvelle Calédonie. *Economie Rurale* 273-274 pp120-133
- Silveira, L ; Petersen, P ; Sabourin, E (Org.) 2002. Agricultura familiar e agroecologia no semi-árido. Avanços a partir do Agreste da Paraíba, ASPTA, Rio de Janeiro, Brésil, 388p.
- Temple, D. 1998. Les structures élémentaires de la réciprocité *Revue du MAUSS* n°12, (2) : 234-242,
- Temple D., 2003 Teoría de la Reciprocidad. La Paz, Bolivia: PADEP/ GTZ, Tomo I: La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos. 240p - tomo II : La economía de reciprocidad, pp. 376-488, PADEP-GTZ, La Paz, Bolivia.
- Tonneau J.P., 2003. L'agroécologie : une stratégie de développement rural pour l'Agriculture familiale brésilienne. in Organisation spatiale et gestion des ressources et des territoires ruraux. Actes du colloque, 25-27 février 2003, Montpellier, France.
- Tonneau J.P.; Sabourin E (org.) 2007, Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais, Porto Alegre, Editora da UFRGS, Serie Estudos Rurais, 327p
- Veira, P.F.; Weber, J. (Org) 1887. Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez. 1997.
- Weber J. 1997 Communication au Séminaire “ le développement durable, son application à l'agriculture ”, Rambouillet, França, avril 1997.

Documentos oficiais:

- Loi n° 99-574 du 9 juillet 1999, Loi d'Orientation Agricole, NOR : AGRX9800053L.
- Journal officiel des Communautés européennes du 26 juin 1999. Règlement (CE) N°1257/1999 du Conseil du 17 mai 1999. L 160/80. 26.6.1999.
- [Ministère de l'Agriculture et de la Pêche](#) (2000) *Plan de développement rural national 2000-2006* Paris, 307 p.

